



Aproveito a abertura da 15ª edição da E-Legis para me despedir da função de Editor Executivo. Tal tarefa se torna bem mais fácil, contudo, quando se pode anunciar um sucessor de vasta competência, que levará a revista a novos patamares de qualidade e alcance: assumirá a função o Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros. O Prof. Barros associa uma sólida formação acadêmica a habilidades comunicacionais bastante pronunciadas, desenvolvidas ao longo de sua vivência profissional e a uma vivência intensa no e sobre o Poder Legislativo. Docente do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e um de seus idealizadores, o Prof. Barros traz ainda as vantagens de uma personalidade serena e madura, o que emprestará muita qualidade ao diálogo com os colaboradores da revista.

Abrindo a revista, há uma valorosa contribuição do Prof. Dr. José Joaquim Dinis Reis, Diretor da Faculdade de Ciência, Economia e Sociedade da Universidade de Coimbra. No artigo convidado **Mudanças econômicas e modelos de governação: democratização e desenvolvimento**, o autor analisa o papel das instituições nos mecanismos de governança das nações, com destaque para as instituições da esfera legislativa, concluindo pela essencialidade dessas para o desenvolvimento e a organização qualificada da economia.

Segue-se o artigo de João Pedro Paro, **Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares**, que busca ampliar a compreensão sobre o funcionamento das comissões parlamentares brasileiras, tema de relevância crescente, sobretudo a partir da dinâmica dada às comissões com o poder conclusivo.

Na sequência, dois artigos tratam do tema educação, sob visões distintas. Vânia Nunes de Carvalho traz uma reflexão sobre **Escolas do Legislativo e a Educação para a Democracia**, dando ênfase para a função difusora da educação política assumida dessas. Lúcio Meireles Martins, em co-autoria com Antonio Teixeira de Barros, trata do **Poder Legislativo e as Políticas Educacionais: a Ótica Cidadã sobre o Contexto Recente**, buscando ressaltar as percepções dos cidadãos sobre políticas educacionais, tendo como referência a atuação do Poder Legislativo.

Concluindo a edição, há dois artigos focados no tema da Administração Pública Legislativa. Nilson Matias de Santana aborda a **Reforma Administrativa do Poder Executivo e Ações de Modernização da Câmara dos Deputados**. Robson Luiz Fialho Coutinho traz uma análise sobre a **Administração Pública Comparada e seus Impactos Sociais**. No texto de Robson, pode-se ter uma visão panorâmica sobre causas e efeitos de cada modelo de administração pública adotado ao longo do tempo. Já no trabalho de Nilson, é possível fazer

uma verticalização do assunto, aprofundando-se na situação específica da Câmara dos Deputados, a partir do movimento de Reforma Administrativa iniciado pelo Executivo na década de 1990.

Boa leitura!